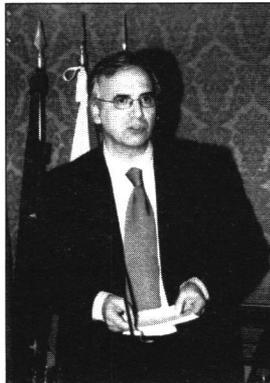


Prémio História Contemporânea (12.^a edição) Apresentação das obras concorrentes e da vencedora José V. Capela



Senhor Reitor, Professor António Guimarães Rodrigues
Senhor Presidente do Conselho Cultural, Professor Lúcio Craveiro da Silva
Senhor Governador Civil, Dr. José Araújo
Ex.^{mos} Familiares do Doutor Victor de Sá
Ex.^{mos} Patrocinadores do Prémio, presentes, Dr.^a Eugénia Figueiredo, em representação
da Fundação Eng.º António de Almeida e Monsenhor Cónego Joaquim Fernandes, em
representação da Fundação Cupertino de Miranda
Senhoras e Senhores

Vai na 12.^a edição a atribuição do *Prémio de História Contemporânea* que “entre nós” leva também a designação do Prémio Victor de Sá, porque instituído na base da sua doação e que o Conselho Cultural da Universidade do Minho vem diligentemente promovendo, como uma das suas tarefas mais marcantes.

O Prémio ganhou já como é sabido, uma assinalável reputação, em particular nos meios académicos, registada no número crescente dos seus concorrentes, desde que se instituiu em 1992 (1.^a edição). O que tem a ver certamente com a qualificação dos júris que avaliam as obras concorrentes, que devem integrar nos termos do Regulamento, Professores Universitários da especialidade e em correlação com tal circunstância o elevado grau de exigência colocada na atribuição do prémio ou das menções honrosas. Em abono do que fica dito anote-se que anos houve que por nenhum dos trabalhos atingir aquele nível necessário, o Prémio não foi atribuído.

Por tal razão, ao Prémio têm concorrido essencialmente trabalhos universitários, dissertações de mestrado e de doutoramento de maior valia, de reputadas instituições universitárias, que têm conferido ao Prémio um particular relevo no panorama dos prémios nacionais da categoria, cujas obras premiadas têm sido de grande expressão e referência nas respectivas áreas científicas da História Contemporânea Portuguesa.

O júri deste ano, por mim presidido, foi integrado por mais dois outros professores universitários, os Professores António Ventura da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Vítor P. Neto da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Aqui fica desde já o agradecimento da *Organização do Prémio* e da Universidade do Minho a esta inestimável colaboração. Que é extensível às Universidades que pelos Conselhos Científicos onde sedeiam os Departamentos e áreas científicas de História sempre têm prestado uma inexcédível colaboração à constituição do júris.

O júri reuniu a 17 de Novembro na Reitoria da Universidade do Minho e deliberou atribuir o Prémio 2003 ao trabalho de Daniel Jorge Seixas de Melo – *A Leitura Pública no Portugal Contemporâneo (1926-1987)*.

Cabe-me nesta circunstância como Presidente do Júri dizer umas breves palavras sobre o trabalho premiado e também sobre os demais concorrentes.

Concorreram ao *Prémio de História Contemporânea (2003)* seis trabalhos, todos eles de elevada qualidade e importante contribuição para o conhecimento científico da nossa História Contemporânea, designadamente naqueles

domínios que Victor de Sá iniciou e desbravou. Com a excepção de um, todos os demais trabalhos concorrentes são investigações universitárias, quatro teses de Mestrado e um, por sinal o vencedor, é uma tese de Doutoramento, apresentadas e defendidas em Universidades públicas Portuguesas.

Vamos fazer uma rápida referência ao conteúdo dos trabalhos apresentados.

O pensamento social e político de António Pedro Lopes de Mendonça de João Luís Serrenho Frazão Couvaneiro é um estudo sobre uma figura bém representativa da vida política, social e cultural portuguesa, do tempo do nosso primeiro Liberalismo (1826-1865).

Victor de Sá já a ela se referira em diversos passos da sua obra, em particular ao seu papel com Sousa Brandão na Fundação do *Eco dos Operários*, o primeiro Jornal Socialista Português.

Jornalista, folhetinista, romancista e crítico literário, divulgador em Portugal do ideário socialista de Fourier, Blanc, Proudon, das ideias e correntes estéticas e literárias de V. Hugo, Dumas e Balzac, esta monografia salienta também o papel de Lopes de Mendonça na vida política e parlamentar portuguesa e em particular o seu pensamento político e social que o aproxima de um fundo de cultura e pensamento comum às figuras de proa do pensamento liberal do seu tempo, com alguns dos quais polemizou, a saber, com A. Herculano e H. Nogueira, a propósito de temas e debates então correntes acerca da Centralização, da Descentralização, do Municipalismo, entre outros temas.

Verdes e Vermelhos. Portugal e a Guerra no ano de Sidónio Pais, de Maria Alice Samara é um importante contributo para o conhecimento de Portugal no tempo da 1.^a Guerra (entre 1914-1918) e em particular sobre os acontecimentos do ano de 1917 e 1918, da emergência do Sidonismo e seu significado social e político. O estudo aborda uma questão hoje também actual, a saber, a entrada de Portugal na guerra, os debates e confrontos entre guerristas e os anti-guerristas, as problemáticas e os condicionamentos que estão subjacentes àquelas orientações e decisões da Sociedade e Política Portuguesa do tempo. E a autora trata um tema caro às investigações de Victor de Sá, a saber, naquele contexto a evolução do movimento operário, a criação da

União Operária Nacional, a posição do movimento sindical face ao Sidonismo e também face à situação económica e social portuguesa, em especial a carestia e a guerra.

Victor de Sá gostaria certamente de conhecer esta obra que continua o estudo da *Formação do Movimento Operário Português* e do Sindicalismo para um período posterior àquele onde ele o deixara na sua *Lição de Síntese* de concurso para Professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (7 de Abril de 1978), a saber, o fim da Monarquia Constitucional e Vésperas da República.

A Indústria Militar Portuguesa no Tempo da Guerra (1961-1974) de João Carlos Moreira Tavares, é certamente também um outro trabalho que vem ao encontro dos temas e preocupações sociais e históricas de Victor de Sá, ele que trouxe para os *curricula* universitários os temas da História Contemporânea, e os mais recentes, como a Colonialismo e a Descolonização que pelo seu magistério entraram nos planos de estudo de curso de História da FLUP no pós 1974.

Este é um trabalho importante a diversos títulos: ele aborda não só a questão das fábricas e tecnologias dos armamentos e munições militares, mas também um mais vasto conjunto de indústrias que andam associadas à Guerra, designadamente às indústrias da alimentação, fardamento e outras com impacto e incidência mais geral na Sociedade e Economia e Política do tempo. Ele revela a nossa auto-suficiência em armamento, munições, equipamento de transporte, a modernização da nossa indústria militar e até a sua competitividade externa, registada na produção para exportação (RFA). Mas que uma vez submetida em pleno a uma intensa laboração para a Guerra Colonial, haveria de sucumbir por efeito da sua submissão económica e financeira aos custos não contabilizados nem para ela transportados da Guerra, suportando-lhe os encargos que assim não transpareciam no Orçamento do Estado nem passavam para o conhecimento da Nação, por uma política de sigilo quanto aos verdadeiros custos da Guerra Colonial. Por esse facto, acumulando déficits sucessivos, agora totalmente confinada aos fornecimentos ao Exército Português, perdendo o mercado de exportação, a indústria fabril militar portuguesa perderia competitividade, capacidade produtiva, entrou em crise de que não mais se ergueria.

O trabalho de Joaquim da Silva Gomes, *Braga e os Caminhos de Ferro, o Ramal de Braga*, obra escrita a propósito da requalificação da Ramal de Braga, em curso, é um trabalho importante para a História da implantação do caminho de ferro em Portugal no século XIX por fazer no seu conjunto, e em particular, sobre as condicionantes políticas da sua extensão regional. Caminho de ferro que chega a Braga 19 anos depois da inauguração do 1.º troço de Lisboa ao Carregado em 1856 e que deixou por realizar as ligações propostas e sempre reivindicadas de Braga/Chaves/Braga/Montalegre (pelo Vale do Cávado) Braga/Guimarães, Braga/Viana do Castelo/Braga/Monção e que a serem realizadas certamente teriam configurado mais fortemente Braga como a Metrópole económica de todo o Minho e dado mais coesão geográfica a este Minho que o é mais forte no seu imaginário social e cultural de referência comuns, do que no plano económico e social.

Um outro trabalho *A Cultura do Camaleão – A Guitarra Portuguesa e os Limites da Representação* de Rossanna Maria Barros Sá é um interessante exercício de construção participada de um instrumento cultural – uma gigante guitarra portuguesa para exposição no *Porto Capital da Cultura 2001* e para ela uma investigação sobre as origens históricas, culturais e geográficas da guitarra portuguesa e do Fado, elementos e suporte dos referentes fundamentais de uma certa cultura urbana e rural portuguesa.

Finalmente também uma breve nota sobre a obra vencedora – *A Leitura Pública no Portugal Contemporâneo (1926-1987)* de Daniel de Melo que o júri, unanimemente, considerou merecedora do Prémio pela qualidade científica, rigor metodológico, volume de elementos tratados e estudados, problemáticas envolvidas na abordagem de um tema de grande relevância histórica e cultural. Isto porque vamos ter a oportunidade de seguir, nas palavras do Autor, a apresentação “autêntica” da obra.

Sobre ela tecerei tão só umas breves considerações para sublinhar em particular a ligação deste estudo ao perfil da vida e obra de Victor de Sá, na sua componente activa e intelectual, que me parece ter aqui e agora pleno oportunidade.

Esta obra vai de facto ao encontro de uma das maiores paixões de Victor de Sá. De facto, a campanha e o trabalho pelo alargamento da Leitura Pública é

um dos maiores projectos culturais, mas também de realização cívica de Victor de Sá, de que ele foi um dos pioneiros em Portugal.

Se o não soubessemos, por esta obra, ficaríamos a conhecer melhor o pioneirismo, o sentido e os horizontes políticos, históricos e culturais da criação da *Biblioteca móvel* por Victor de Sá na década de 40.

Pioneira porque pelos anos 1942-1950 eram ainda raras as políticas de aproximação do livro ao público; mal se iniciara esse processo de libertação do livro e de leitura dos restritivos quadros sociais e académicos elitistas da leitura e acesso ao livro. Naqueles anos 40, acções comparáveis só as vindas de instituições públicas: as *bibliotecas itinerantes* de algumas câmaras (Cascais, Porto, Lisboa), as *bibliotecas ambulantes* do S.N.I (1945-1949). E só pelos finais dos anos 50 e que aparecerão as *Bibliotecas Circulantes* do Ministério da Educação Nacional e as *Bibliotecas Itinerantes* da *Fundação Calouste Gulbenkian*.

Os estudos sobre o livro e a leitura, os mecanismos e suportes da sua expansão e divulgação, mas também os da seu enclausuramento pelos mecanismos e instrumentos de *Index* e da *Censura*, foram um tema chave em Victor de Sá no desbravar do conhecimento histórico e de aproximação às mudanças e bloqueamentos políticos e culturais em Portugal, ao longo dos tempos.

A obra de investigação de Victor de Sá é no essencial, e desde o princípio, com efeito, uma larga incursão pelos caminhos da leitura e recepção em Portugal dos autores da conservação do “Reino Velho” mas também dos da Revolução, em especial nos ideários que suportam e difundem a crise do Antigo Regime e a implantação do Liberalismo, e da Democracia no século XIX e XX. Em Victor de Sá, a um nível difícil de igualar a *lição histórica* teve uma forte componente militante e prospectiva. É esse sem dúvida o sentido da sua intervenção em concreto como Livreiro, como instituidor da Biblioteca Itinerante, como estudioso das bibliotecas públicas e leitores do seu tempo, como instrumento de combate ao obscurantismo, à censura, ao analfabetismo, à relutância ao livro e à leitura, pelo alargamento e democratização do ensino, da cultura e dos bens culturais, e por eles à luta pela Liberdade e pela Democracia no Salazarismo e no pós 25 de Abril de 1974.

O livro que agora se premiou é um excelente e muito bem fundamentado estudo dirigido à análise dos condicionalismos políticos e sociais da construção dos públicos e da sociologia de leitura no Portugal, do advento da Ditadura Militar em 1926 à implantação generalizada do programa das bibliotecas municipais em 1986/7. Nele ganha pleno sentido, alcance e significado a obra de Victor de Sá.

Por isso, esta obra que premiamos para além do seu valor próprio, representa para nós também um importante contributo para um melhor conhecimento e avaliação da expressão histórico-cultural da obra e intervenção social do próprio instituidor do prémio, Victor de Sá.

Ao longo destes 12 anos em que o Conselho Cultural foi promovendo este Prémio, o Professor Hélio Alves, como seu Coordenador, conduziu sempre com um enorme entusiasmo todo o processo que anualmente se realiza e que se conclui na entrega em sessão solene do Prémio que hoje nós promovemos e continuamos. Ao seu trabalho, envolvimento, prestígio e determinação se deve em grande parte também o crédito que o prémio ganhou na comunidade universitária e também junto das instituições patrocinadoras que se têm mantido fieis no seu apoio. No ano passado, apesar do estado de saúde débil do Prof. Hélio O. Alves, ainda lhe foi possível estar presente na sessão solene da entrega deste Prémio. Entretanto ocorreu a sua morte a 5 de Janeiro de 2003.

É pois nosso dever neste momento lembrar e evocar a memória do Prof. Hélio Alves, a quem a construção deste Prémio tanto deve e ao qual ficará também para sempre associado.